

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

**INCÊNDIO FLORESTAL DE MONTEDEIRAS E OUTROS
MARCO de CANAVEZES**

CONCELHOS:

MARCO de CANAVEZES



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Montedeiras – Marco Canavezes

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Edição: Setembro de 2016



Índice

1.	NOTA INTRODUTÓRIA:	4
2.	CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	5
2.1.	Concelhos e freguesias	5
2.2.	Ocupação do solo	5
2.3.	Espécies florestais.....	6
2.4.	Áreas classificadas	7
2.5.	Outras atividades económicas.....	7
2.6.	Severidade da área afetada.....	7
3.	HISTÓRICO DE INCÊNDIOS.....	8
4.	Medidas para estabilização de emergência	8
4.1.	Combate à erosão e correção torrencial.....	9
4.2.	Fitossanidade.....	10

Anexo FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE
EMERGÊNCIA APÓS INCÊNDIO



2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

Considerando os declives acentuados, as temperaturas elevadas, o baixo teor de humidade relativa do ar e dos combustíveis, associados ao facto do incêndio ser influenciado grandemente por ventos de leste, existência de outras ocorrências no concelho, levou que existiu a falta de meios de combate, progredindo alguns de forma livre.

Assim, e tendo em conta, os elementos relativos às ocorrências que se unem, constantes no Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais - SGIF, arderam cerca de 1.663 ha, todos em propriedade privada.

Importa ainda esclarecer que esta zona estava dotada de redes viária e que se encontravam em bom estado de conservação.

2.1. Concelhos e freguesias

Os incêndios tiveram início no dia 7 de agosto, o primeiro às 5:44 horas, na freguesia de Marco (antiga Freixo), evoluindo para a freguesia de Paredes de Viadores/Manhuncelos, outras ocorrências decorreram nas freguesias de Avestadas/Rosém, Penha Longa/Paço de Gaiolo, Sande/São Lourenço e Vila Boa do Bispo, tudo no concelho de Marco de Canaveses, sendo considerado extintos no dia 16 de agosto.

2.2. Ocupação do solo

A distribuição da ocupação do solo na área ardida está conforme se pode visualizar no Quadro I:

Quadro I - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA ARDIDA (HA)
Áreas artificializadas	34
Florestal	745
Agrícola	54
Matos e incultos	830
TOTAL	1663

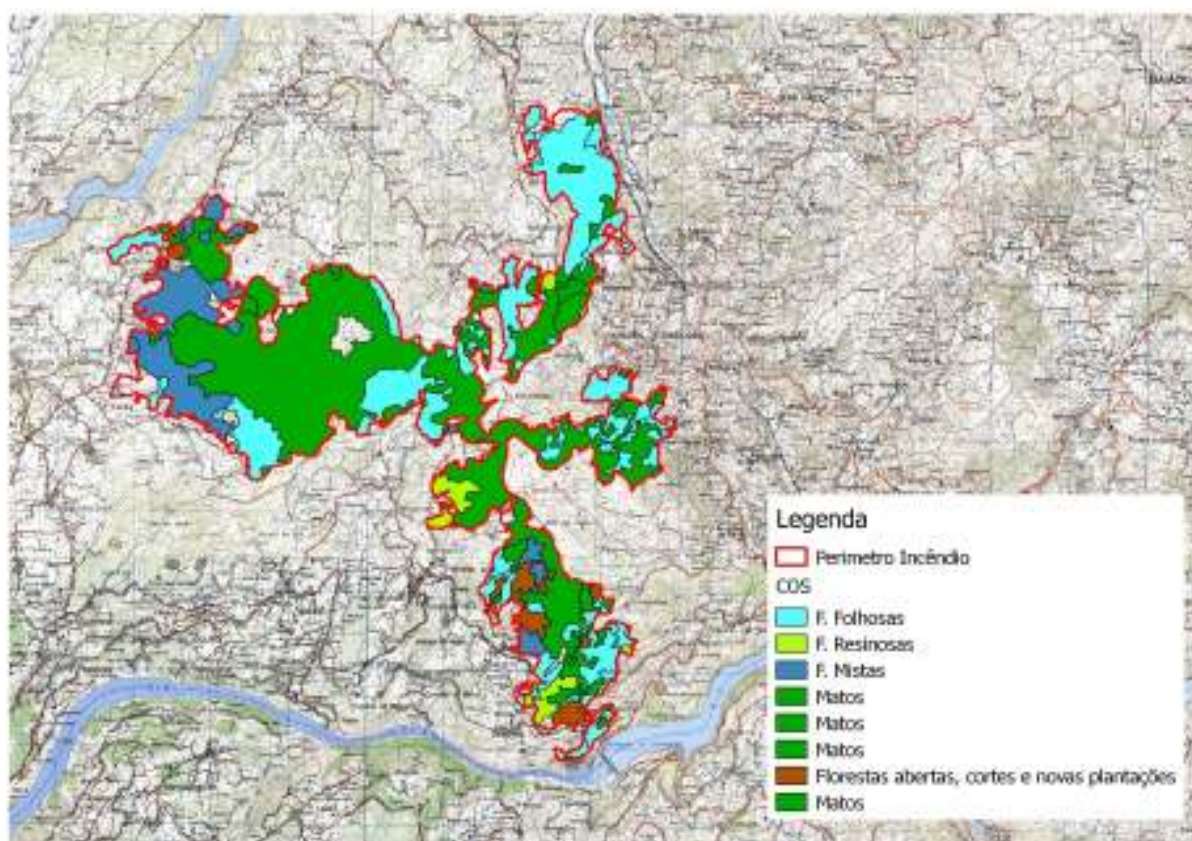


2.3. Espécies florestais

No que concerne à área florestal consumida pelo incêndio apuraram-se os seguintes elementos reportados no Quadro II:

Quadro II – DISTRIBUIÇÃO POR ESPÉCIE FLORESTAL

ESPÉCIE FLORESTAL	ÁREA ARDIDA (HA)
Eucalipto	363
Resinosas	44
Folhosas mistas	291
Floresta abertas	47
TOTAL	745



MAPA 4. ÁREA AFETADA POR ESPÉCIE PELO GIF DE MONTEDEIRAS E OUTROS – MARCO DE CANAVESES



2.4. Áreas classificadas

Não existem áreas classificadas.

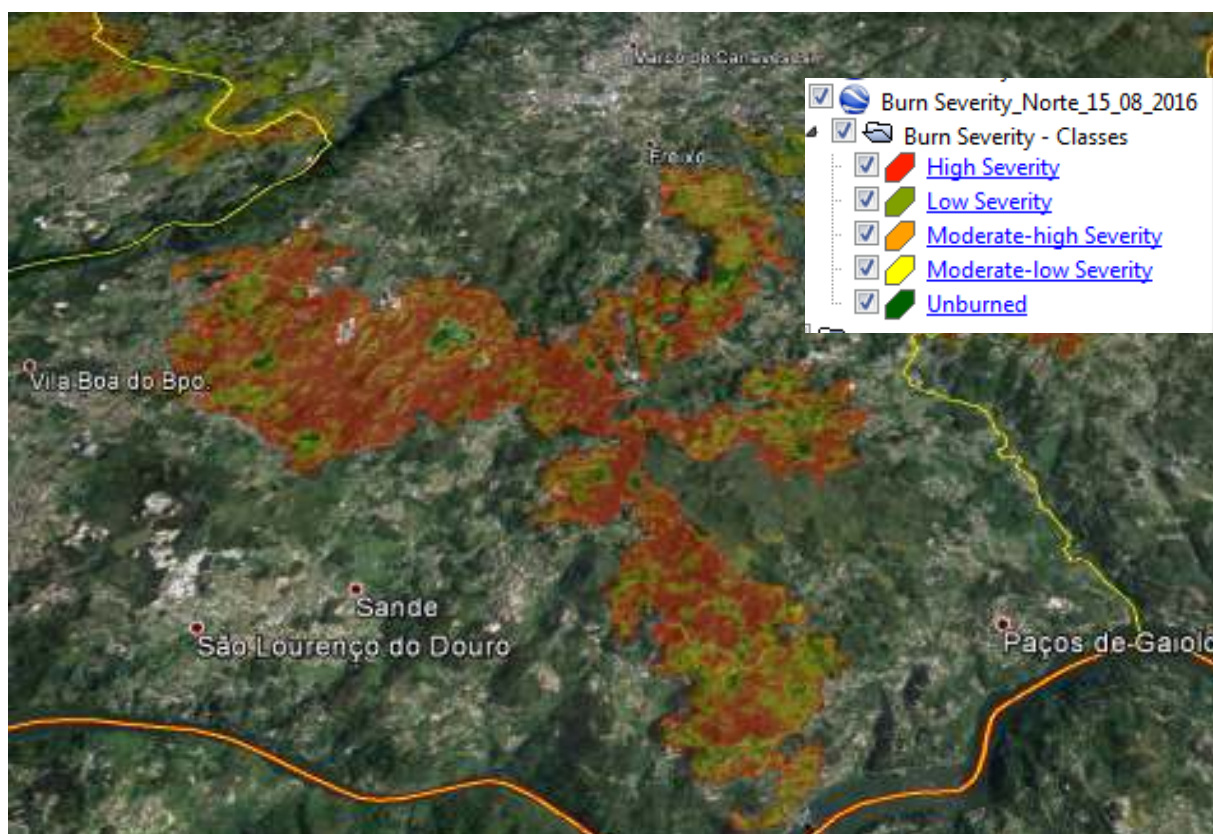
2.5. Outras atividades económicas

Coincidente com a área ardida, existe uma Zona de Caça Municipal - ZCM de Marco de Canaveses.

A atividade cinegética deverá ser interdita dentro da área do incêndio e de uma faixa de 250 metros em redor da mesma, durante os dois próximos anos.

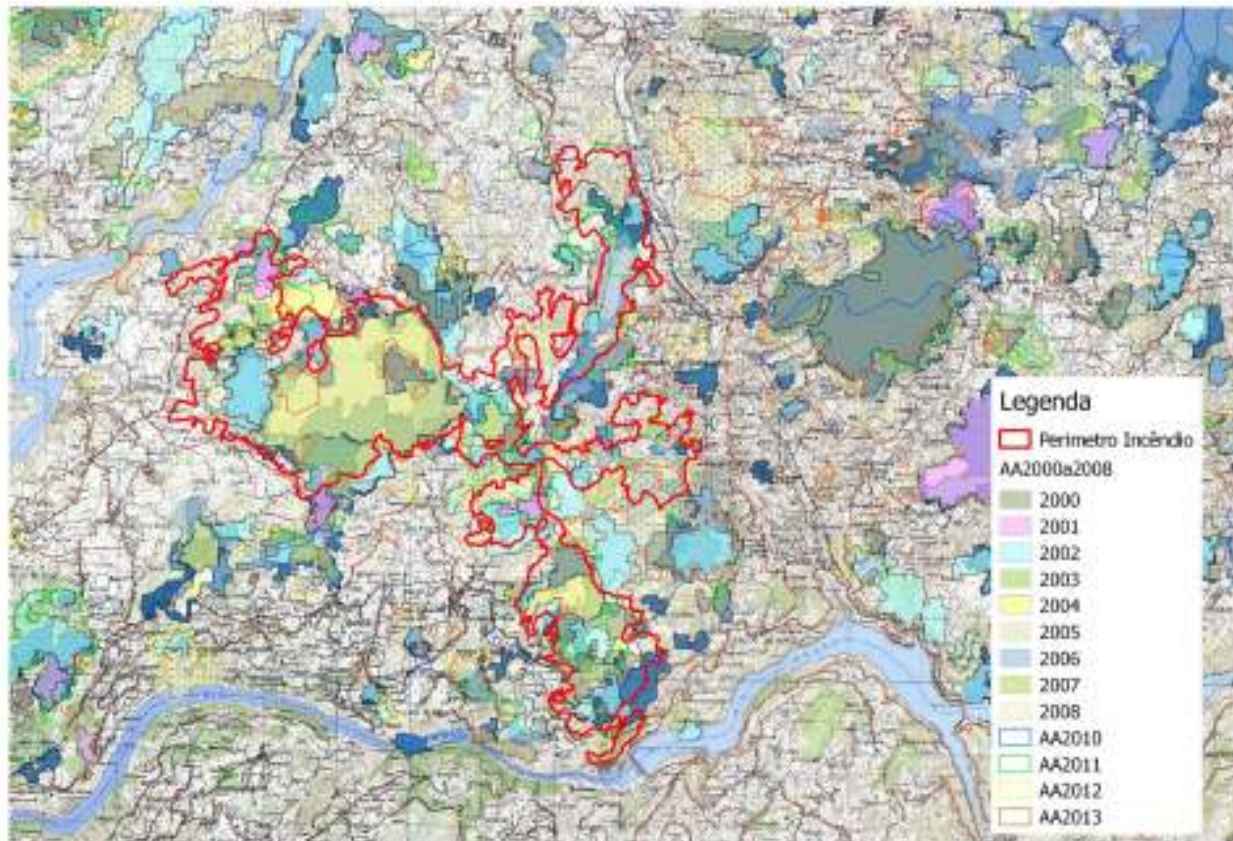
2.6. Severidade da área afetada

Da análise das imagens de satélite é possível verificar que uma grande parte da área tem severidade alta, coincidindo com zonas de mato.





3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS



MAPA 6. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS DA ÁREA DO GIF DE MONTEDEIRAS E OUTROS – MARCO DE CANAVESSES

Do mapeamento realizado das áreas ardidas desde o ano de 2000, ou seja nos últimos 14 anos, na zona destes incêndios, constata-se a grande recorrência de vários fogos com proporções significativas que consumiram largas centenas de hectares essencialmente matos, destacando os anos de 2000, 2002, 2004, 2005, 2009 e 2013.

4. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Como medida prioritária importa de imediato retirar as árvores tendo em consideração o grau de intensidade com que o fogo as atingiu. Por norma, devem ser cortadas todas as resinosas que tiverem a copa completamente afetada, sendo aconselhável aguardar sempre que possível, que passe a primavera para decidir sobre a extração das folhosas e de resinosas menos atingidas pelo fogo.



Por outro lado, constata-se que um dos maiores problemas provocados pelo pós-fogo e que convém precaver está relacionado com a erosão de encostas com declive acentuado e que pode provocar a completa destruição da camada superficial de solo e a impermeabilização do solo (devido às cinzas).

Face ao exposto, as medidas preventivas deveriam ser executadas ainda antes da queda das primeiras chuvas. Tem-se conhecimento no entanto, que o eventual recurso a apoios financeiros do PDR 2020 não se consegue ajustar na maioria dos casos, à agilização de atuação que este processo requer, pelo que deve ser tido em conta que o tempo de análise, decisão e execução podem comprometer a lógica e a pertinência das intervenções consideradas mais urgentes.

Sugere-se ainda, que no âmbito dos trabalhos da exploração florestal, sejam observadas entre outras, algumas das orientações definidas no manual de “Gestão Pós – Fogo” publicado pelo ICNF.

4.1. Combate à erosão e correção torrencial

Recuperação das infraestruturas danificadas

- a) Remoção de acumulação de materiais florestais (árvores, troncos ou ramos) e de rochas que tenham sido arrastados ou caído para as plataformas de circulação de viaturas e para as valetas e aquedutos;
- b) Garantir a monotorização durante os próximos meses, dos sistemas hidráulicos e de taludes e aterros ao longo da rede viária, realizando obras de consolidação se consideradas necessárias.

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas

- a) Em primeiro lugar, importa identificar e monitorizar durante algum tempo, os locais mais suscetíveis a fenómenos erosivos e torrenciais (por exemplo, ter atenção especial a locais alvo de combate ao incêndio com recurso a abertura de faixas de interrupção de combustível com lamina);
- b) No sentido de garantir a maior proteção possível do solo, reduzindo o risco de erosão, deve-se minimizar a movimentação/alteração da camada superficial de solo;
- c) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- d) A movimentação de máquinas a acontecer, deve ser efetuada sempre que possível, segundo as curvas de nível e numa lógica de carregamento e depósito do material lenhoso em local de cota superior, de forma a evitar uma concentração de sulcos que potencie uma maior escorrência de água e terras;
- e) Verificando que o solo se encontra saturado de água, normalmente após ocorrência de longos períodos de precipitação, a utilização de maquinaria pesada deve ser restringida ao imprescindível;



- f) Em locais mais declivosos, a vegetação, os resíduos de exploração e eventualmente, parte do arvoredor consumido pelo fogo devem ser aproveitados para serem colocados em alinhamento segundo as curvas de nível de forma a reduzir o deslizamento e perda de terra nas encostas.

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

- a) Diligenciar o abate de árvores mortas, a limpeza e desobstrução de linhas de água e das passagens hidráulicas;
- b) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- c) Promover a consolidação através da recuperação da vegetação autóctone das margens, privilegiando a regeneração natural e rearborecendo por plantação/sementeira artificial apenas em casos excecionais (recuperação da galeria ripícola).

Diminuição da perda de biodiversidade

4.2. Fitossanidade

- a) Remoção imperiosa das árvores ardidas logo que possível de forma a evitar que se tornem atrativas e colonizadas por insetos prejudiciais;
- b) Em consequência, deverão ser cumpridas as medidas específicas para controlo do NMP (Decreto – Lei nº 95/2011, de 8 de agosto, com a redação dada pelo Decreto – Lei nº 123/2015, de 3 de julho, e a Declaração de Retificação nº 38/2015).



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Montedeiras – Marco Canavezes

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	1.663,0	Data Inicio	7/8/2015
Concelho	Marco de Canavezes	Data Fim	21/8/2015
Distrito	Porto	NUT III	Tâmega e Sousa

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	Única	Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	1.663,0	Encostas	X
Local	Montedeiras e outros	Linhas de água	X
Freguesia	Várias freguesias	Rede viária	X
Concelho	Marco de Canavezes	Biodiversidade	X
		Outro	

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação e tratamento de rede viária	km	15	2.300,00 €	34.500,00 €
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare			
Recuperação de pontos de água	nº			
Recuperação de cercas para protecção dos povoamentos	hectare			
Substituição de sinalização danificada	nº			
				34.500,00 €

Controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare			
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	100	650,00 €	65.000,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare			
Rompimento da camada do solo repelente à água	hectare			
Tratamento do solo para melhoria das suas características	hectare			
				65.000,00 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	10	2.000,00 €	20.000,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº			
				20.000,00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural	hectare			
Instalação, através de sementeira ou plantação	hectare	100	1.200,00 €	120.000,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	km			
Controlo de espécies invasoras	hectare	20	550,00 €	11.000,00 €
Aquisição e instalação de protecções individuais de plantas	nº			
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº			
				131.000,00 €
Total				250.500,00 €

4- Observações: Os valores unitários foram definidos como os máximos passíveis de utilizar por operação e baseados nas tabelas das matrizes de (re)arborização estabelecidas pela Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais para 2013/2014, devendo no entanto, ser ajustados em função da realidade constatada no terreno.

* O valor unitário referente a esta operação resulta duma estimativa média, considerando a existência de diferentes declives e consequentemente, diferentes valores unitários correspondentes ao nº de cordões/ha.